



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 33 **ESPECIAL** ABRIL DE 2021



Apresentação

Na reunião de 4 de abril, o Comitê Central do Partido Operário Revolucionário discutiu a situação nacional e internacional. Aprovou duas resoluções, respectivamente. Damos conhecimento, publicando-as na forma de um boletim especial. Em anexo, acompanham duas cartas, uma endereçada às centrais, sindicatos e movimentos; outra aos partidos que se reivindicam do socialismo, propondo que convoquem um 1º de Maio presencial e massivo.

Não é preciso justificar, com a profundidade da crise, a importância das resoluções. Apenas, chamamos a atenção dos leitores sobre a gravidade da crise de direção revolucionária. Há um fundamento marxista que perpassa as resoluções, que consiste no reconhecimento de que somente a classe operária e os demais trabalhadores organizados e em luta podem se defender de qualquer tipo de crise capitalista.

A renúncia das direções sindicais em organizar e mobilizar as massas resultou na negação objetiva da luta de classes; e na afirmação de que a burguesia e seus governantes poderiam defender os pobres e miseráveis da pandemia, das demissões, do desemprego, do subemprego e da fome.

Depois de um ano das direções fecharem as portas dos sindicatos e dos explorados permanecerem passivos, a contaminação e as mortes continuam aumentando; e instituições da burguesia se lançam em uma corrida “humanitária”, tamanha é proporção que atingiu a fome.

O POR travou combate, desde os primeiros dias em que o governo brasileiro reconheceu a pandemia, para que os sindicatos não se submetessem às iniciativas políticas dos governantes e organizassem os trabalhadores no seu terreno próprio de luta. O leitor verá que as resoluções refletem uma posição prática de defesa do método da luta de classes, posição essa baseada na experiência.

Esperamos que a vanguarda com consciência de classe leia criticamente e se coloque na luta pela recuperação das forças sociais do proletariado e dos demais oprimidos. O apoio à convocação de um 1º de Maio presencial, classista e internacionalista é um passo prático na luta pela independência política dos explorados.

Chamamos os destemidos lutadores, que não se apartaram dos explorados, a engrossarem as fileiras da construção do Partido Operário Revolucionário.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org - facebook.com/massas.por

Resolução do Comitê Central sobre a situação nacional

1. A pandemia entra no décimo terceiro mês, sem que a burguesia e seus governantes consigam controlá-la. Está claro que a política burguesa do isolamento social e o Plano Nacional de Imunização (PNI) são insuficientes e débeis diante da avassaladora onda de contaminação e mortes. As causas dessa debilidade se encontram na sociedade de classes, e na supremacia dos interesses econômicos da minoria exploradora sobre a maioria explorada. A classe operária e demais oprimidos ficaram durante todo esse tempo à mercê dos resultados do isolamento social parcial e intermitente, e, finalmente, à espera da vacinação em massa. A maior evidência do fracasso da burguesia e seus governantes é retratada por uma sequência infundável de mortes, que caminha para 400 mil, com a previsão de ultrapassar 500 mil, em meados do ano. Refletem-se, também, nas más condições da saúde pública, na falta de insumos básicos nos hospitais, na escassez de oxigênio, e na elevação dos preços dos remédios. As consequências econômicas da longa pandemia recaem, em grande medida, sobre os pobres e miseráveis, sobre os desempregados e subempregados. A fome endêmica se potenciou, ao ponto de alarmar, inclusive, a burguesia. É dessa situação de incapacidade dos governantes e de flagelo da maioria oprimida, que emerge o principal problema político. É preciso que as organizações operárias e populares rompam com a sua paralisia, e lutem para que os explorados recuperem suas forças sociais, e se levantem organizadamente em defesa de suas próprias vidas.
2. A experiência demonstrou que jamais a classe operária pode, em hipótese alguma, renunciar à luta de classes, e deixar que seus escravizadores decidam sobre seu destino. Não há nada mais servil e humilhante que permanecer à espera das medidas de proteção a cargo da burguesia e seus governantes, se ver sufocado pela ausência de oxigênio, e morrer nas filas dos hospitais, sem nenhuma reação coletiva. Não há nada mais degradante que se enfileirar para receber alimentos, provenientes do humanitarismo dos capitalistas e das camadas ricas da pequena burguesia. Não há nada mais ignóbil que as migalhas do auxílio emergencial de Bolsonaro, Congresso Nacional e governadores. É indescritível a conduta dos partidos reformistas e direções sindicais, diante desses métodos burgueses de arregimentação e de esmagamento da imperiosa vontade das massas reagirem coletivamente em defesa própria.
3. Era previsível que a pandemia aprofundaria a crise econômica. Que impulsionaria o desemprego e sacrificaria, ainda mais, a multidão de subempregados. Que os patrões recorreriam às demissões e redução salarial. E que haveria uma onda de fechamento de fábricas e negócios. Não poderia haver nenhuma surpresa quanto a isso. Eis por que Bolsonaro, Congresso Nacional e governadores recorreram a um plano emergencial, para proteger, antes de tudo, os negócios dos capitalistas, principalmente dos mais poderosos. A renúncia à luta de classes resultou na aceitação passiva das medidas arquitetadas pelos governantes, que obrigatoriamente têm de abrigar as necessidades do capital, e expressar as pressões particulares do poder econômico. Não há, portanto, como separar a catástrofe que atinge as massas da condução política desenvolvida pelos governantes. E não há como desvincular a política dos governantes da política das direções sindicais, que renunciaram à luta de classes, e empurraram as massas à longa e profunda passividade. A tarefa mais urgente, de romper essa paralisia e recuperar as forças sociais da classe operária e demais trabalhadores, decorre da suprema necessidade dessa realidade catastrófica.
4. A pandemia provocou um flagelo mundial. Não poupou nem mesmo as potências. E não distinguiu exploradores e explorados. O fenômeno natural se espalhou pelo mundo, e atingiu todas as classes sociais. Esse caráter geral tem sido usado pelos capitalistas, governantes, instituições, cientistas, partidos e burocracias sindicais, para apagar ou ocultar as profundas diferenças. Há um abismo entre as potências imperialistas e o restante dos países semicoloniais; entre a minoria rica e a imensa maioria pobre e miserável. A política burguesa, diante da devastadora manifestação da natureza, se assenta na indiferenciação de classes e de capacidade econômica dos países. Ao contrário, a política do proletariado se assenta na demonstração de que os explorados são os mais afetados, e que a burguesia como classe dominante descarrega o peso da desintegração econômica sobre a maioria oprimida. Assenta-se no fato das potências imperialistas controlarem a maior parte dos recursos materiais e científicos, em contradição com a escassez de recursos e atraso no desenvolvimento científico dos países semicoloniais. A pandemia expôs, à luz do dia, os antagonismos de classes e de nações. Não há como esconder que são os explorados que morrem como moscas, que padecem das condições elementares de saúde pública, que têm de se aglomerar nos transportes públicos, que estão obrigados a ganhar o pão de cada dia, que, inevitavelmente, são os mais expostos à contaminação, e que vivem em precários bairros populares e insalubres favelas. Não há como esconder que são os que sofrem com o desemprego, subemprego, informalidade; que mal conseguem pagar as contas, e que estão sujeitos à fome. A burguesia e seus governantes têm interesses irrevogáveis, e tudo fazem para apagar as contradições e as diferenças. É próprio de sua condição de classe dominante. Tudo fazem para obscurecer aos olhos dos oprimidos a sua incapacidade de responder à pandemia com os fartos meios disponíveis pelo capitalismo, e de proteger de fato os seus escravos modernos. Crimi-

nosa e execrável são as condutas da burocracia sindical e dos partidos, que se reivindicam do socialismo, que auxiliam a burguesia e seus governantes a eliminarem as diferenças e contradições, as quais emergem em meio ao fenômeno natural da pandemia.

5.A renúncia da burocracia sindical em responder à pandemia com um programa, com o método da luta de classes, e com a organização independente deixou nas mãos da burguesia e dos governantes todas as iniciativas. A classe operária e demais explorados, assim, não puderam compreender a divisão entre o governo federal e os governos estaduais. Tiveram de seguir uma ou outra variante da política burguesa. Não tiveram como reagir com suas próprias forças às travas impostas pelo presidente Bolsonaro ao isolamento social e à corrida pela vacina, sobretudo. E também às limitações e consequências sociais da aplicação do isolamento social pelos governadores e prefeitos. Era fundamental elevar a consciência política dos trabalhadores sobre a impossibilidade do poder econômico arcar com um planejado e rigoroso isolamento em todo o país. A ilusão de que o isolamento social parcial, limitado e discricionário, poderia conter o avanço da contaminação serviu para empurrar a classe operária à profunda passividade, quando deveria seguir o caminho da mobilização. O alinhamento dos partidos reformistas e das direções sindicais por trás dos governadores, tendo à frente João Doria, dando a entender aos explorados que essa era a via para derrotar Bolsonaro, alienou as massas trabalhadoras e paralisou suas organizações.

6.A política de colaboração de classes em torno à política burguesa do isolamento social se desdobrou em apoio, direto ou indireto, às medidas de redução salarial, suspensão de contratos e eliminação de direitos. Desdobrou-se no consentimento às demissões em massa, fechamento de fábricas e negócios. E, conseqüentemente, na perda de qualquer iniciativa dos explorados diante da escalada da fome. É preciso ainda indicar que os reformistas e burocratas sindicais impediram que as organizações operárias e populares saíssem imediatamente em luta pela vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis. Eis por que a maioria oprimida, atingida pela contaminação, não teve como compreender que a vacina se tornou uma arma na guerra comercial, chefiada pelas potências e pelos monopólios farmacêuticos. O imperialismo e os governantes mentem descaradamente, que a morosidade na vacinação se deve à limitada capacidade de produção. Somente as massas organizadas e mobilizadas poderiam e podem arrancar a máscara dos monopólios, e lutar por soluções que quebrem o poder dos monopólios e das potências. A pandemia colocou para o proletariado, tanto a luta contra a burguesia nacional, quanto a imperialista. Essa era a condição estratégica para as massas se armarem no campo de sua própria defesa.

7.O conteúdo da política de colaboração de classes da burocracia sindical tem como essência subordinar o proletariado e a maioria oprimida a uma das variantes da política burguesa e bloquear a ação direta das massas. A forma da colaboração de classes na pandemia foi e é a de subordinar os explorados à política burguesa do isolamento social e ao

plano de emergência de Bolsonaro e do Congresso Nacional. O que implicou o desarmamento ideológico, político e organizativo dos trabalhadores. É nessa situação que a pandemia, no início do ano, retomou sua marcha ascendente. O fracasso da política burguesa do isolamento social, a projeção do desemprego, e a potenciação da fome, permitiram a Bolsonaro manter-se firme na diretriz contrária à dos governadores. O seu principal argumento contra o lockdown é que o isolamento social, praticado pelos governadores, não conseguiu cumprir o seu objetivo de estancar a pandemia e, ainda por cima, resultou em desemprego e aumento da fome. Em sua defesa, por mais absurda que seja, Bolsonaro alerta a burguesia para o perigo de um levante social. Doria e seus aliados, por sua vez, responsabilizam Bolsonaro, pelo fato de não ter coordenado uma resposta nacional, que daria maior eficácia ao isolamento social e à compra de vacinas. Sob esse fogo cruzado, os explorados continuam sofrendo milhares de baixas diariamente, demissões, rebaixamento salarial, e a explosão do custo de vida. Continua vigente a tarefa de rearmar ideológico, política e organizativamente a classe operária. A defesa de um plano próprio de emergência dos explorados permanece na ordem do dia. É parte desse enfrentamento com a burguesia, a luta da vanguarda com consciência de classe para libertar as organizações operárias e populares da política de conciliação de classes dos partidos reformistas e da burocracia sindical.

8.No momento, a pressão do grande capital sobre o governo federal se centra na tese de que a vacinação massiva é a condição para superar a derrocada econômica e recolocar o país no curso do crescimento. O Congresso Nacional, inclusive, deu um primeiro passo para liberar a compra da vacina pela iniciativa privada. Está em andamento uma grande negociação em torno à vacina. No entanto, a previsão é de que a pandemia continuará em sua escalada de mortes, por um bom tempo. Não haverá uma retomada do crescimento capaz de repor significativamente parte das forças produtivas destruídas e, portanto, da força de trabalho. O refluxo imposto às massas e a política de colaboração de classes continuam como pano de fundo para a burguesia ir administrando a crise política, que se agrava, passo a passo, com a desintegração do governo militarista de Bolsonaro. A destituição do ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, e dos três comandantes das Forças Armadas, é o mais significativo sintoma dos impasses do governo Bolsonaro. Essa ruptura no interior do núcleo militar do governo reflete o afastamento de setores do grande capital, que já não vê possibilidade de estabelecer um pacto de unidade. A mais recente decisão do ministro do STF, Luís Roberto Barroso, de obrigar o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, a instalar uma CPI da Covid-19, dá sequência ao encadeamento dos choques em torno à pandemia. É mais uma prova das dificuldades de Bolsonaro, de reaproximar os poderosos grupos econômicos, que passaram a apoiar francamente a posição do governador Doria.

9.A maior probabilidade é de que o processo de desintegração econômica do país e o agravamento das condições de existência da maioria oprimida não serão amenizados no próximo período. A dívida pública, que parecia ter sido equacio-

nada com a reforma da Previdência, volta a ser o calcanhar de Aquiles da política econômica de Bolsonaro. Acuado pelas pressões da oposição e de setores do grande capital, Bolsonaro realiza um grande leilão de aeroportos, e agiliza a privatização de refinarias, controladas pela Petrobras. Dá mostras ao capital imperialista de que não pretende ostentar nenhum tipo de nacionalismo militar. A mudança de governo nos Estados Unidos impôs uma adaptação à forma de alinhamento com o imperialismo norte-americano. A retomada da ofensiva privatizante é a forma como Bolsonaro procura convencer o grande capital, de que seu governo é ainda a melhor das opções. É visível que a burguesia e seus governos continuarão a se utilizar da política econômica para descarregar a crise sobre a maioria oprimida. Esse é o denominador que une Bolsonaro e os governadores da oposição. O proletariado, submetido à política de conciliação de classes, não tem como travar a luta anti-imperialista como parte de um programa próprio de emergência. Não tendo iniciativa política, os trabalhadores continuarão à mercê da guerra comercial em torno às vacinas e às novas medidas antinacionais e antipopulares.

10. A burguesia, por meio do grande capital, se viu na contingência de agir sobre o governo e o Congresso para estancar os choques federativos, que atingem a centralização do Estado Nacional. A autonomia com que os governadores desenvolveram respostas à crise sanitária, em contraposição à diretriz do governo federal, é incompatível com a necessária centralização autoritária do país. As derrotas de Bolsonaro no Supremo Tribunal Federal (STF) não puderam ser revertidas por uma imposição ditatorial do governo militarista. O alinhamento do STF com a política do isolamento social dos governadores possibilitou a constituição informal de um governo paralelo ao do governo central. O país se viu diante de duas diretrizes conflitantes, embora assentadas inteiramente nos interesses gerais da burguesia interna e do imperialismo. Por mais que Bolsonaro e seu núcleo militar palaciano tenham pressionado – inclusive com ameaças golpistas – as instituições do Estado, para subordinar os governadores de oposição, e assim restabelecer a centralização, a crise federativa continuou se agravando. A dimensão que foi tomando a pandemia golpeou constantemente a resistência de Bolsonaro às medidas recomendadas pelos organismos internacionais do imperialismo, como OMS, FMI, etc., e potenciou a política dos governadores. De maneira que o governo federal não teve como recuperar a iniciativa política, e a capacidade de centralização das unidades federativas. Esse embate foi decidido em favor dos governadores, no momento em que a segunda onda da pandemia colocou o número de mortos no patamar mais alto, como o de agora. O grande capital, que esteve com o governo durante um período da pandemia, se deslocou abertamente para o campo de Doria. Bolsonaro continuou com o apoio de setores do pequeno e médio empresariado, que se ressentiram do vai e vem do isolamento social. A queda de três ministros da Saúde indicou o processo de quebra da centralização. Ocorre que a ação paralela dos governadores continuou a depender do governo central, que tem a chave do Tesouro Nacional, e que não perdeu o controle

do Congresso. Os enfrentamentos no terreno da pandemia não puderam ser resolvidos, e dificilmente os choques se abrandarão, com a recente “disposição” do governo federal de suspender as travas da vacinação. Voltamos à essência do problema. A classe operária desorganizada, atomizada e temerosa não tem podido aproveitar as divisões interburguesas, para se fortalecer no campo da independência de classe.

11. A falência do governo Bolsonaro, diante da pandemia, e a sua responsabilidade quanto à crise federativa, encerram o período que vai do golpe institucional de 2016, passa pela ditadura civil de Temer, e conclui com a eleição de Bolsonaro. A grande frente burguesa que se armou contra o PT se foi dissolvendo, na medida em que o governo de Bolsonaro se mostrava incapaz de impor a centralização autoritária de tipo bonapartista. A queda de popularidade eleitoral dos partidos que encabeçaram a frente golpista, que derrubou o governo de Dilma Rousseff, abriu caminho para a ascensão imprevista de Bolsonaro, ao mesmo tempo em que o PT, com Lula na prisão, disputou o segundo turno, mantendo-se assim como a principal força política oposicionista. O desmoronamento prematuro do governo Bolsonaro, e a instalação da crise federativa soterraram a Operação Lava Jato, que esteve na base do movimento golpista. As recentes decisões, como as do ministro Edson Fachin, de anular o processo que levou Lula ao cárcere, e do plenário do STF, de considerar o juiz Sérgio Moro parcial, refletiram as poderosas tendências da crise, que põem em choque as instituições do Estado;.
12. A reabilitação de Lula coloca o PT como o principal adversário eleitoral de Bolsonaro. Resta aos principais partidos orgânicos da burguesia – PSDB, MDB e DEM – desbancarem Bolsonaro, e levarem as massas a decidir entre uma frente montada pelo PT, e outra pelos partidos que promoveram o golpe. As manobras em torno às alianças no campo denominado anti-bolsonarista objetivam canalizar as massas, golpeadas pela pandemia, a se colocarem por detrás das candidaturas oposicionistas. E Bolsonaro trabalha com a possibilidade de constituir uma aliança com os partidos que no Congresso servem de base de sua sustentação, contando com o arrefecimento da pandemia, e a reanimação da economia. Essa movimentação, no campo eleitoral da burguesia, se contrapõe à tarefa classista de recuperar as forças sociais do movimento operário e popular. A experiência confirma que as ilusões democráticas das massas são um poderoso instrumento da burguesia, para desviar e conter a luta de classes. Quanto mais a maioria oprimida se mantém presa a tais ilusões, mais permanece distante da estratégia própria de poder do proletariado. A luta pela independência de classe dos explorados, e por um programa próprio de emergência, diante da pandemia, se choca com a estratégia eleitoral de substituir um governo burguês por outro.
13. O programa que emerge das condições objetivas permite e exige desenvolver as reivindicações mais elementares, sob a estratégia e a tática revolucionárias. As reivindicações respondem, ao mesmo tempo, à incapacidade da burguesia de controlar a pandemia e proteger os explorados, e às suas consequências econômicas e sociais. Não há como separar

– como fazem os reformistas e a burocracia sindical – as bandeiras voltadas à defesa das massas diante da pandemia, daquelas que respondem ao fechamento de fábricas, demissões, redução salarial, destruição de direitos, alta do custo de vida e flagelo da fome. Nisso consiste o programa emergencial próprio dos trabalhadores. Há tarefas que dependem da luta organizada da maioria oprimida pelas reivindicações imediatas, emergenciais, sem as quais não há como romper os limites econômicos da burguesia, frente à catástrofe mundial e nacional. Trata-se do programa de expropriação do grande capital, da transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, e da estratégia de combate por um governo operário e camponês, expressão governamental da ditadura do proletariado.

14. O programa emergencial é o ponto de partida para erguer as massas contra a burguesia. Eis: a) Vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis; b) plano de vacinação, sob a vigilância operária e popular; c) quebra das patentes das vacinas e remédios; d) intervenção do Estado no sistema privado de saúde, nas indústrias de fabricação de oxigênio e de remédios; e) controle do SUS, do Instituto Butantan, da Fiocruz e da indústria químico-farmacêutica pela classe operária; f) controle das medidas de isolamento social pelas organizações operárias e populares, para que não haja demissões, redução salarial e perdas de direitos; g) auxílio emergencial no valor de um salário, calculado pelas assembleias, de acordo com as necessidades reais da família trabalhadora; h) reabertura das fábricas fechadas, por meio da estatização sem indenização e controle operário da produção; i) readmissão de todos os que foram demitidos durante a pandemia; j) plano de obras públicas, voltado a criar milhões de empregos. Outras reivindicações emergenciais podem ser levantadas nas assembleias e no movimento. A luta em defesa das condições de existência da maioria oprimida, diante do avanço da barbárie capitalista, confronta o poder econômico e político da burguesia. Os exploradores não podem ceder um milímetro às necessidades dos explorados, uma vez que o capitalismo se encontra na etapa histórica de desintegração. A posição reformista, diante da urgência de proteção às massas, deve ser combatida. Não tem como encarnar um movimento dirigido pelo proletariado em favor de seu programa emergencial.
15. O fundamento da luta contra a barbárie se encontra no programa da tomada do poder e expropriação da burguesia.

Na situação, está plenamente colocada a tarefa de expropriar os monopólios farmacêuticos e estatizar o sistema privado de saúde. Essas medidas revolucionárias estão na base do programa emergencial. A bandeira de cancelamento da dívida pública faz parte da tarefa de reunir e centralizar todos os recursos econômicos e científicos, para vencer a pandemia, proteger as massas e estancar a derrocada econômica. Enquanto os monopólios e o capital financeiro continuarem decidindo sobre as respostas dos governos, os seus interesses materiais continuarão prevalecendo sobre as necessidades das massas, portanto, sobre o programa de emergência dos explorados. Não temos dúvida de que, mais tarde do que cedo, a burguesia e seus agentes acabarão por controlar relativamente a pandemia, como já o fez em outros graves momentos da história. Isso depois dos explorados terem sido sacrificados, à custa da manutenção dos interesses do capital mundial e nacional. Está claro que a burguesia e seus agentes no movimento operário têm conseguido sufocar os instintos de revolta do proletariado e demais trabalhadores. Mas, é questão de tempo, para que a luta de classes se restabeleça e se coloque num patamar superior, ao período anterior à pandemia. Embora prevaleça a política de colaboração de classes e a paralisia continue inutilizando os sindicatos, é necessário lutar pela constituição de uma frente única, que tenha por norte o programa emergencial. É necessário, também, manter no alto as bandeiras anti-imperialistas. Não há outro caminho para pôr às claras as traições da burocracia sindical, a não ser a defesa do programa emergencial, o método da ação direta, a organização independente e a tática frentista.

16. Chamamos a vanguarda com consciência de classe e as correntes que se reivindicam da revolução social a discutir essa resolução. A partir de seus pontos fundamentais, iniciar imediatamente uma campanha contra a política de conciliação de classes e em defesa do programa de emergência. Deixamos claro que o Partido Operário Revolucionário se empenha em superar a crise de direção, que comparece como o mais importante obstáculo para o proletariado responder com seu programa e política própria à desintegração do capitalismo e à barbárie social. Somente a revolução proletária, que expropriará a burguesia e transformará da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, dará lugar a medidas para superar o flagelo, que atinge as massas mundialmente.

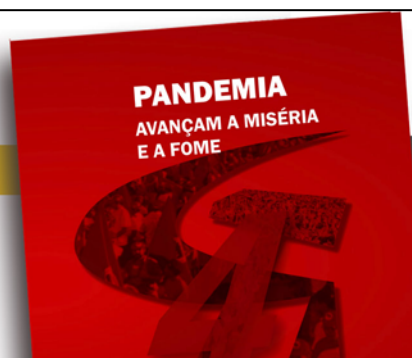
Publicado o livro:

PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME

“

A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



R\$40

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Resolução do Comitê Central sobre a situação política mundial

1. A crise estrutural capitalista deu um salto à frente com a explosão da pandemia. A permanência das tendências recessivas demonstra o caráter estrutural da crise capitalista, marcada pela superprodução, que impulsiona a sua decomposição histórica. A concentração de capital financeiro, industrial e comercial, sob a forma da grande propriedade privada monopolista, se manifesta na atual situação, não apenas como um motor da queda do crescimento, estagnação e paralisa das atividades produtivas. Mas, fundamentalmente, como a mais poderosa trava à defesa das massas diante do contágio e das mortes pelo Covid-19. A contradição entre os avançados recursos técnicos, médicos, científicos e humanos - concentrados e monopolizados por um punhado de empresas imperialistas - e a mortandade e miséria espalhada pela pandemia, em meio à esmagadora maioria assalariada, pobre e miserável, indica que a solução sanitária tem por principal trava a sociedade dividida em classes antagônicas. A pandemia expôs a anarquia da produção capitalista, da qual resulta impossível conciliar as necessidades das massas com os interesses dos monopólios. Expôs, portanto, a completa falência dos organismos internacionais, para reunir os governos, sob um plano comum de ação para estancar os contágios e a mortandade. De forma que os oprimidos continuaram a pagar, com milhares de mortes diárias, e com a destruição de suas condições de existência, para o capitalismo continuar sobrevivendo. Essa é tendência geral da situação mundial, que o proletariado e a sua vanguarda revolucionária devem responder.
2. A lentidão no processo de vacinação ergue-se como um fator adicional de agravamento das tendências desagregadoras, ao atrasar a abertura irrestrita da produção, serviços e comércio. Apenas nos EUA e Inglaterra, verifica-se um avanço na vacinação; enquanto na França, Alemanha, Itália e Japão acha-se praticamente estancada. Nas semicolônias, as vacinas são escassas, e esmagadora a maioria terá de continuar a enfrentar os contágios e mortes durante 2021. A guerra da vacina expôs a condição de párias das semicolônias. Eis por que, com destaque para o Brasil, passaram a ser o epicentro mundial da pandemia. Ocorre que são os monopólios que continuam a ditar o ritmo, a oferta e distribuição de vacinas. É a camisa de força da grande propriedade privada dos meios de produção, e os entraves das fronteiras nacionais que impedem aplicar a avançada técnica medicamentosa, visando a preservar a vida e condições físicas das massas. Está claro que não há como frear os estragos sanitários sobre a população oprimida, sem utilizar os recursos técnicos, científicos e humanos existentes, de forma racional e centralizada, em benefício das mais amplas massas oprimidas. O que exige dar um salto político na luta pelo programa de expropriação da grande propriedade privada dos meios de produção, solução revolucionária que condiciona a resposta política da classe operária na situação de decomposição do capitalismo.
3. A “guerra das vacinas” vem truncando a recuperação econômica e agravando as tragédias da pandemia sobre as massas pobres e miseráveis. Trata-se de uma das manifestações da guerra comercial, travada entre as potências e monopólios imperialistas. Objetivam garantir a lucratividade, aproveitando do monopólio sobre a investigação, produção e comercialização de vacinas. E aproveitam da brutal concorrência dos governos nacionais por acederem aos estoques acumulados nas potências. O que acaba por retardar a retomada de amplos setores da economia, e por aprofundar a permanência das tendências de estagnação e paralisa da produção. A “guerra das vacinas” chegou ao ponto de constituir um meio para fazer e desfazer alianças políticas, econômicas e militares. A China se tornou a maior fornecedora de vacinas na Ásia. O governo Biden reuniu o denominado “Quad” - grupo de países que envolve Estados Unidos, Índia, Japão e Austrália - para montar uma contraofensiva à influência chinesa. Ofereceu 1 bilhão de doses da Johnson&Johnson aos países asiáticos, com a condição de que rompam seus acordos com a China, para a produção de vacinas em seus próprios países. É parte dessas medidas, abortar as tentativas de governos europeus de recorrerem à compra da vacina da Rússia. A decisão de retomarem o isolamento social mais restritivo indica que sequer os governos de algumas das regiões mais desenvolvidas, do ponto de vista capitalista, a exemplo da Europa, têm como fugir da barbárie social, que decorre da permanência da camisa de força da propriedade privada monopolista.
4. Em meio a esse estarecedor quadro se avolumam as perdas no PIB mundial, criando condições para que avancem o parasitismo e a destruição de forças produtivas em larga escala. A dívida mundial (de aproximadamente US\$ 280 trilhões), em média, alcança cerca de 365% do que se produz em um ano, em todo o mundo. As potências imperialistas arcam com uma dívida que corresponde a 435% do PIB. Os países semicoloniais, entretanto, a 250%. A burguesia procura equacionar tais tendências, exigindo a intervenção dos Estados na economia. A efetividade dessas medidas, todavia, deverá ser confirmada na produção e na extração de maior massa de mais-valia. Porém, não é possível dar um salto na composição orgânica do capital e nos investimentos na produção social, porque prevalece a lei tendencial à queda da taxa média dos lucros e à crise de superprodução. O que explica porque, ainda que a injeção de trilhões de dólares na economia mundial amenize suas tendências recessivas, sem sua contrapartida em uma reprodução de valores na produção social em escala superior ao período

anterior, resultará em novo endividamento e crescimento exponencial do parasitismo financeiro, alavancando, portanto, uma maior destruição de forças produtivas.

5. É nesse quadro convulsivo que se insere o violento contraste entre retrocesso histórico dos Estados Unidos e a ascensão da China. O extraordinário desenvolvimento da China resultou da restauração capitalista e da exploração de sua gigantesca massa de força de trabalho barata pelos monopólios, em especial norte-americanos. Conseguiu-se, por essa via, equacionar conjunturalmente a lei tendencial de queda da taxa dos lucros monopolistas, que vinha manifestando-se desde a crise da década de 1970. Mas, sua maior integração ao mercado mundial, dominado pelos monopólios e o capital financeiro, trouxe também para o interior de sua economia estatizada as contradições sociais e políticas da desagregação capitalista. Segundo previsões, em 2028, a China passará à maior economia do mundo. Sua participação no PIB mundial continuou a crescer, enquanto a dos Estados Unidos, a cair (20% e 15%, respectivamente). A China também ultrapassou os EUA em capacidade industrial: nos últimos anos, respondia por 28% da produção industrial mundial, enquanto a dos EUA - aproximadamente 21% do total mundial - foi 3,6% menor que 2019 (5% abaixo da média de 1972-2019). Essas mudanças econômicas e históricas se manifestam no quadro da crise pandêmica, com a China sendo a única nação a crescer, superando, assim, os Estados Unidos como principal destino dos investimentos estrangeiros. O avanço da China e o retrocesso dos EUA no campo das relações comerciais e econômicas são parte interligadas de um mesmo problema, que faz com que os seus conflitos tendam a ganhar maiores proporções.

6. A guerra comercial sino-estadunidense tende a assumir a forma das tendências bélicas, refletindo o esgotamento da partilha do mundo e do processo restauracionista do capitalismo nos países que expropriaram a burguesia. Isso explica por que o governo Biden vem assumindo o plano nacional-imperialista de guerra comercial e armamentismo traçados por Trump, potenciando os conflitos mundiais, que se agravaram no pós-guerra. Os EUA visam, particularmente, a subordinar o crescimento econômico da China ao seu expansionismo diante dos mercados que se estreitam com a crise de superprodução. É o que se depreende do documento de Segurança Nacional do Pentágono, publicado em março de 2021, que objetiva preparar as Forças Armadas dos EUA *“para prevalecer na competição estratégica com a China, ou qualquer outra nação”*. Por sua vez, foi aprovado, na Assembleia Popular da China, em março de 2021, o Plano Quinquenal até 2035, apresentado pelo governo chinês que, dentre outros pontos, estabelece um plano armamentista, que permita ao país manter uma guerra prolongada contra *“ameaças externas”*. Com as devidas particularidades, o mesmo fenômeno se observa na relação dos Estados Unidos com a Rússia pelo controle dos mercados, recursos e territórios do Leste Europeu e Oriente Médio. São sintomáticas as pressões de Biden, dando continuidade às de Trump, sobre a Alemanha, para que não permita à Rússia se valer do gasoduto que ligará os dois países. O

que coloca aos Estados Unidos como principal motor propulsor da guerra comercial, dos conflitos mundiais e das tendências bélicas presentes nas regiões da Ásia, Oriente Médio e Europa.

7. Desde a eclosão da crise sanitária, o Mercado Comum Europeu vem sendo cenário de retrocesso nos lucros industriais e nas exportações, desde que explodiu a crise em 2008. A Europa arrasta-se à beira da estagnação, com oscilações para a recessão. Caíram os lucros industriais, os investimentos e a produtividade da força de trabalho. Cresceram, por outro lado, os endividamentos dos Estados, as ameaças de quebras industriais e financeiras, assim como a destruição das forças produtivas continentais. A guerra comercial, travada por Trump contra as exportações da UE, afetaram ainda mais o debilitado organismo econômico europeu. A eleição de Biden foi recebida como uma das vias para reatar os laços econômicos e políticos que ajudassem a dismantelar as barreiras alfandegárias que debilitavam a economia europeia. Foi nesse quadro que estourou a pandemia, arrastando para o fundo do poço as pretensões de uma rápida recuperação. Chegou-se, assim, ao ponto de que a unidade monetária - marco regulatório comum sobre os intercâmbios comerciais e o controle sobre as *“dívidas soberanas”* - passou, de instrumento de estabilização e exploração intensiva dos mercados continentais, a de desagregação dos laços políticos, sociais e econômicos do Mercado Comum Europeu. Inúmeros países avaliam se não chegou a hora de seguir a Inglaterra na ruptura com o bloco europeu. Se ainda não avançam por essa mesma trilha, deve-se à ameaça da desagregação econômica e convulsões sociais.

8. A saída da Inglaterra da União Europeia (UE) se deu quando as tendências recessivas mundiais vinham ganhando força no continente europeu. O governo do Reino Unido almejava que a ruptura fosse compensada por um maior estreitamento dos laços com os Estados Unidos, recuperando o terreno perdido nas exportações mundiais. O contrário se passou. Suas exportações para a União Europeia (excluindo ouro e outros metais preciosos) caíram 40,7%. Enquanto as importações pelo bloco do Reino Unido caíram 29% - número nunca visto antes. Bastam esses dados para demonstrar que a combinação da crise sanitária e econômica alavanca a estagnação da Europa, ampliando os conflitos entre os Estados. A declaração da Inglaterra, de que voltará a produzir bombas nucleares e aumentará suas capacidades de defesa, faz parte de uma mesma tendência, que vem ganhando fôlego por toda Europa, no momento em que se abre passagem às tendências intervencionistas nos países do Leste Europeu, que se ressentem dos efeitos devastadores da restauração capitalista. Armamentismo e intervencionismo expressam o objetivo de expandir o domínio monopolista sobre países e regiões, que ainda permanecem sob a influência da Rússia. Biden se colocou na mesma trilha, quando afirmou que apoiará o governo ucraniano, em seu objetivo de reunificar a região autônoma de Donbas e da península da Crimeia, hoje sob controle russo. É dentro desse quadro, todavia, que se inscreve o boicote dos Estados Unidos ao gasoduto russo NordStream, que liga a

produção russa de gás à Europa. O imperialismo europeu vem obstaculizando a construção do gasoduto, e aceitando a imposição dos EUA, de que é melhor comprar petróleo e gás de suas jazidas de carvão ou de seus vassalos no Oriente Médio. Essa renúncia dos países europeus a aumentarem a integração energética da Europa e, portanto, criar condições para destravar a estagnação econômica, resulta em uma vitória dos EUA, em seu objetivo de impedir que a Rússia consiga romper o isolamento da Europa Ocidental. Nota-se que é o imperialismo norte-americano que dita, em última instância, os rumos do Continente, e determina qual a participação dos países na estratégia de afogar a Rússia, e ampliar o cerco e intervencionismo militar sobre suas fronteiras nacionais.

9.O acima descrito explica por que são os Estados Unidos a principal potência imperialista que dita o curso, extensão e condições para a resolução dos conflitos mundiais, das guerras civis internacionalizadas e do intervencionismo militar. Insuflando os conflitos étnicos e nacionais, opondo um país e governos contra outros, e recorrendo a seu domínio do mercado mundial, vêm impondo seus interesses estratégicos. Por trás dessas movimentações, arrastam-se as burguesias imperialistas europeias e japonesa, que, embora contando com interesses próprios, são incapazes de impô-los aos Estados Unidos e, assim, preferem acompanhá-los em cada disputa, aventura, guerra ou intervenção, exigindo sua parte na exploração dos territórios e mercados conquistados e colonizados. O que exige travar uma luta permanente, para submeter ou derrocar os regimes e governos que constituem entraves ao expansionismo dos monopólios. É dentro desse quadro que se digladiam as burguesias semicoloniais, que servem de peças-chaves às manobras das potências em disputa.

10.Os países da América Latina foram arrastados pelo furacão da decomposição capitalista. A região afunda na recessão, as economias despencaram, e as forças produtivas regionais foram dilaceradas. O PIB regional contraiu 5,3%, em 2020, e mantém sua tendência de queda em 2021, atingindo 7%, se a crise sanitária permanecer. As tendências desagregadoras, nas condições da pandemia, atingiram todos os setores, a indústria, o comércio, os serviços, o turismo e as empresas públicas. Esses setores reúnem 64% do emprego formal na região. Golpearam mais duramente as “atividades informais”, que abrangem 53% da força de trabalho ativa. 41 milhões de assalariados perderam seu emprego, durante o ano de 2020, a redução da média salarial ultrapassou 7,5% da População Economicamente Ativa (PEA), enquanto a produtividade despencou mais de 7% - equivalente a 230 milhões de empregos com jornada de 40 horas. Desde a explosão da pandemia, a extrema pobreza deu um salto à frente, atingindo, de 24,7% da população, a 30,3%: um aumento de 16 milhões de pessoas, chegando ao total de 83,4 milhões, no início de 2021. As pessoas em situação de miséria passaram, por sua vez, de 3,9%, a 4,4%: 4,7 milhões a mais, atingindo 28,6 milhões, e poderia chegar, até fins de 2021, a 57 milhões. Tudo indica que esse quadro estarrecedor permanecerá, e a força de trabalho continuará sofrendo

a barbárie social, produto da derrocada capitalista.

11.As leis de desenvolvimento desigual e combinado, condicionadas pelo lugar que ocupam as economias latino-americanas na divisão social do trabalho, expuseram as condições do atraso e a interdependência da região das movimentações do capital financeiro e dos monopólios imperialistas. A destruição de forças produtivas (precarização e terceirização, redução de salários, desemprego, fechamentos de fábricas, etc.), e o agravamento das convulsões políticas e sociais, demonstram que os governos não têm como responder às crises econômicas e sanitária, a não ser destruindo empregos, avançando a flexibilização capitalista do trabalho, desnacionalizando suas economias, ampliando as restrições sanitárias, impondo toques de recolher, militarizando a quarentena, e restringindo os direitos políticos e democráticos dos explorados e oprimidos. Com as devidas particularidades nacionais e os diferentes ritmos de desenvolvimento, o exposto explica por que o cenário da América Latina é o de agravamento das crises políticas, de luta de massas, e de violentas convulsões sociais.

12.É no quadro de desagregação econômica, política e social que se fortalecem as tendências fascizantes da burguesia mundial, os Estados policiais e a restrição das liberdades políticas e democráticas. Na França, foi aprovada a “Lei de Segurança Global”, e na Inglaterra, a “nova lei de segurança nacional”, que agravam os métodos repressivos e terroristas dos Estados contra as minorias (étnicas, religiosas, nacionais) e as lutas operárias e populares. Trata-se, porém, de uma tendência presente em todos os países, que visa a reforçar os instrumentos repressivos, modificar os sistemas jurídicos, ampliar os poderes das polícias e arregimentar ditatorialmente os protestos e greves. É o que se observa na Índia, Mianmar, Indonésia, Chile, Brasil, Argentina, El Salvador, México, e em todas as nações do mundo. A época das contrarreformas e do brutal retrocesso das forças produtivas impulsiona o estrangulamento dos fundamentos da democracia burguesa, e atingem a governabilidade, projetando a centralização autoritária. A militarização das relações políticas e sociais municiam os estados com métodos e meios capazes de esmagar a resistência das massas. A decomposição da democracia burguesa arrasta para o precipício a política de conciliação de classes, empurrando as burocracias a afogar a democracia sindical, e dissolver as organizações de massas, impedindo os explorados de se manifestarem coletivamente.

13.As massas entraram na pandemia estilhaçadas, desorganizadas e dissolvidas como força social coletiva. A campanha ideológica da burguesia de que era melhor perder direitos, salários e empregos, mas não a vida, impôs uma profunda paralisia, que veio a se combinar com as traições da burocracia sindical, para impor a mais violenta e profunda destruição dos direitos, empregos e salários dos explorados, no pós-Segunda Guerra. Certamente, a principal responsabilidade da catástrofe que se abate sobre as massas recai sobre as burocracias sindicais, que trancaram as organizações de massas sob sete chaves, impedindo que os explorados respondessem à ofensiva burguesa, com seu próprio progra-

ma, que recorressem aos métodos da democracia direta e à ação coletiva de massas. É um marco dessas traições fazer crer às massas que as mesmas forças econômicas que impunham um isolamento parcial, sem garantir as condições mínimas de sua existência, e que condenava parte delas a se contagiarem nos transportes e locais de trabalho, para continuar com os lucros monopolistas, iriam protegê-las da catástrofe sanitária. Continuam traindo agora, ao paralisar a força social e coletiva das massas, quando a situação coloca a retomada das lutas para impor, com a luta de classes, a garantia da vacinação universal das massas, a começar pelas camadas pobres e miseráveis. A esquerda revisionista do marxismo-leninismo-trotskismo, quase sem exceção, foi arrastada por trás das direções venais e traidoras e da política burguesa de isolamento social. O abandono da ação coletiva e da organização democrática das massas, nos sindicatos e movimentos que controlam ou dirigem, acabou desorganizando amplos setores da vanguarda, dissolvendo a força coletiva das massas, e entregando-as atadas de pés e mãos aos seus algozes.

14. Os explorados vêm sendo obrigados a retomar os combates contra os governos e as burguesias. É o que se manifestou com a insurgência dos levantes operários e populares de 2020. Destacaram-se especialmente a luta dos operários e camponeses indianos; o movimento grevista massivo dos operários da Indonésia; a luta e as greves de operários na França, Espanha, Colômbia, Brasil, Bolívia e, recentemente, as insurreições das massas em Mianmar contra a ditadura militar. Ainda que em parte desses países foram lutas parciais e localizadas, como a dos metalúrgicos da Renault, da Ford e da LG, no Brasil, indicaram as necessidades gerais dos explorados de se defenderem diante da catástrofe. Em outros países, como a Índia, os combates contaram com a presença organizada das nacionalidades, etnias, minorias religiosas, camponeses, e juventude oprimida e, cada vez mais, de amplos e massivos destacamentos da classe operária, erguendo instintivamente seus próprios interesses de classe. O marco das manifestações em plena pandemia foram os protestos nos Estados Unidos, em resposta à opressão sobre a população negra. Em todos esses casos, o essencial reside em que mostraram que é imperativo para os explorados romperem com a política burguesa de iso-

lamento social, e recorrerem à luta de classes. Demonstraram, ainda, que as lutas e levantes, apesar dos diferentes motivos, objetivos e composição social, assentam-se nas condições objetivas e sociais comuns do capitalismo em desintegração e do recrudescimento da barbárie.

15. É nessas condições que se destaca a tarefa de recuperar as forças do movimento operário e popular, para superar o imobilismo e derrotar as traições da burocracia sindical. Favorecem-nas a estreita ligação entre as reivindicações mais imediatas das massas com as tarefas estratégicas da revolução e ditadura proletárias. A expropriação dos monopólios comparece como condição necessária para superar a barbárie social e a inutilização dos organismos das massas. Ressalta, portanto, a importância de defender a política proletária no interior dos movimentos, sindicatos e organizações de massas. As condições objetivas são favoráveis para avançar a tarefa de consolidar uma fração revolucionária enraizada no seio do proletariado, e assim dar passos na tarefa de superar a crise de direção revolucionária. É necessário, contudo, considerar os obstáculos subjetivos, que mantêm os explorados submetidos à política de conciliação de classes das direções pró-capitalistas. Logo ficará mais claro o lugar das correntes que se reivindicam do socialismo, diante das respostas à crise e das manobras da burguesia. A vanguarda que se equivocou, mas que ainda mantém intactos os laços fundamentais com os interesses dos explorados, reconhecerá quem, de fato, aplicou o programa e desenvolveu as respostas proletárias. Quem desertou da luta de classes. Quem fingiu lutar. E quem se dedicou como soldado da revolução proletária. Ainda há um caminho a percorrer sob as condições ditadas pela pandemia. A luta nacional deve ficar cada vez mais clara de que é parte da luta mundial do proletariado. Somente tendo por guia o internacionalismo, foi e é possível atravessar esse período tão desfavorável aos explorados. É nessas difíceis condições que vanguarda marxista-leninista-trotskista deve aproveitar as experiências da luta em defesa das massas, para avançar na tarefa de superar a crise de direção. Um passo que se dê nesse combate no seio do proletariado se converte em um passo na reconstituição do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Publicado o livro:

LEON TROTSKY A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

“Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.

LEON TROTSKY
A CONTINUIDADE
DO MARXISMO-LENINISMO

R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Chamado do POR às centrais, sindicatos, movimentos e partidos, que se reivindicam da luta dos trabalhadores

12 de abril de 2021

O Partido Operário Revolucionário (POR) se dirige às organizações dos trabalhadores e aos partidos políticos, que sempre organizaram o 1º de Maio, para que não deixemos de realizar manifestações em todo o país. Estamos a pouco mais de duas semanas do 1º de Maio, e não vimos iniciativas, que indicassem a organização do Dia Internacional dos Trabalhadores.

O POR entende que a excepcionalidade da situação, com o agravamento da crise sanitária, deve ser levada em consideração. Os cuidados com a contaminação não podem ser desconhecidos. O que não impede a realização de atos presenciais massivos no 1º de Maio. A excepcionalidade da situação, por outro lado, se traduz no agravamento das condições de vida da classe operária e da maioria oprimida. Não há como desvincular o horror da pandemia do flagelo causado pelo desemprego, subemprego, miséria e fome.

A coexistência do elevado número de mortes diárias nos hospitais e o avanço exponencial da miséria e da fome, até agora, não tiveram uma resposta à altura das organizações sindicais e populares. A espera de que a burguesia e os seus governantes estanquem a bárbara sangria social tem tido, como consequência política, a renúncia da organização de um movimento das massas. Não temos conhecimento de um momento da história social, no Brasil, em que as direções, que controlam os sindicatos e os movimentos populares, tenham abdicado de tomar em suas mãos problemas tão graves e de trabalhar para que os explorados não ficassem completamente à mercê dos seus exploradores.

A decisão das direções, de fecharem os sindicatos e de evitarem as manifestações, foi fundamental para que a classe operária e demais trabalhadores mergulhassem em profunda passividade e se estilhaçassem, como força social capaz de defender a si própria. A decisão de se limitarem às reuniões, assembleias, comunicados e atos virtuais, neutralizou as organizações operárias, cuja função é a de responder à exploração do trabalho, às consequências nefastas das crises capitalistas, e mesmo às situações excepcionais, como à da pandemia.

Não tem o mínimo sentido a negativa das direções de organizar e mobilizar os trabalhadores, com a justificativa da necessidade do isolamento social, quando a imensa maioria tem sido obrigada a ir ao trabalho, deixar suas casas, tomar os transportes coletivos superlotados, e enfrentar filas das cestas-básicas, do auxílio emergencial, dos bancos, etc. A tragédia que se abate sobre a maioria oprimida, e que persiste por mais de um ano, é mais do que suficiente para deixar claro que a burguesia e seus governantes se mostraram incapazes de proteger a força de trabalho. Somente a classe operária e os demais explorados têm necessidade e interesse social de preservar a vida das massas, que movimentam a economia, entregando-se diariamente aos capitalistas, por um salário que mal dá para sobreviver. E que, agora, vem sendo atingido pela alta do custo de vida.

Quem não vê que o poder econômico vem ditando as possibilidades e limites de seu Estado em responder à catástrofe humana e econômica, impulsionada pela pandemia? Quem não vê que a correta orientação científica do isolamento social se choca com as leis econômicas do capitalismo e os interesses particulares dos poderosos grupos empresariais? Quem não vê que a sua limitada aplicação não tem conseguido alterar o curso ascendente da contaminação e mortes? Quem não vê que os monopólios farmacêuticos e as potências imperialistas se vêm valendo da crise sanitária para promover a guerra comercial?

Essas perguntas somente podem ser respondidas pelas direções, que não tenham alienado a independência política e organizativa dos sindicatos e movimentos. Sabemos que assim se passa. E, por isso, o POR vem lutando para que os trabalhadores exijam que suas organizações rompam a passividade, e passem a trabalhar em favor das reivindicações próprias dos explorados.

Não podemos permitir que se repita o 1º de Maio do ano passado, que não existiu. A dura experiência comprovou que a renúncia à luta das massas permitiu à burguesia e aos seus governantes colocarem os interesses da ultraminoria exploradora acima das necessidades da imensa maioria explorada.

Esse 1º de Maio deve ser de rompimento da paralisia e de mudança da política passiva das direções para a política ativa da classe operária. Desde o início da pandemia, foi posta na ordem do dia a necessidade de as organizações operárias e dos movimentos convocarem as assembleias, para aprovarem um programa de emergência próprio dos oprimidos, e planejarem a luta sistemática em sua defesa.

Podemos dizer que a falta de resposta de classe à pandemia e à crise econômica resultou em uma tragédia política para os explorados. É preciso, portanto, dar um passo, para recuperar as forças sociais do proletariado e demais trabalhadores. O 1º de Maio deve cumprir esse objetivo classista. Esse é o sentido geral da carta do POR às direções sindicais e políticas.

O POR vem, perante as centrais, os sindicatos, os movimentos e os partidos, defender a convocação de um 1º de Maio unitário, que aprove um programa de emergência próprio dos explorados, e que convoque um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações. Que organize a retomada da luta, por meio de assembleias e constituição de comitês de base.

***Por um 1º de Maio classista e unitário!
Por um programa de emergência próprio dos trabalhadores!
Pela convocação de um Dia Nacional de Luta,
em defesa dos empregos, salários, direitos
e vacinação universal, a começar pelos pobres
e miseráveis!***

Carta Aberta aos partidos que se reivindicam do socialismo

13 de abril de 2021

Dirigimos um chamado aos sindicatos, movimentos e centrais, para que organizassem um 1º de Maio unificado, classista e presencial. Sabíamos que nosso apelo se perderia no deserto.

As direções sindicais assumiram a bandeira do “fique em casa”. Deram a ela o conteúdo político e social de não realizar manifestações operárias e populares. Assim, amarraram os sindicatos, movimentos e centrais à política burguesa do isolamento social, que, como vemos, fracassou no objetivo de conter a pandemia, e reduzir o número de mortos. Esse atrelamento permitiu que as direções mantivessem a classe operária e os demais trabalhadores passivos e acuados, diante de uma onda de fechamento de fábricas e de demissões. Mais ainda, que colaborassem com a aplicação da MP 936, e que se recusassem a mobilizar os pobres, miseráveis e famintos, por um auxílio emergencial que de fato cobrisse as suas reais necessidades.

Bolsonaro e Congresso Nacional fizeram e desfizeram do auxílio emergencial, de maneira que, no pior momento da pandemia, decretaram um valor que sequer ameniza o flagelo de milhões. As direções sindicais, em vez de organizarem a luta dos explorados, se juntaram à campanha burguesa de arrecadação de alimentos. Não precisa ser um grande conhecedor da história social do capitalismo, para saber que o “humanitarismo” dos exploradores tem como função evitar o levante dos oprimidos, bem como bloquear a sua organização independente, e a elevação de sua consciência de classe.

A política de conciliação das direções sindicais desembocou no desarme ideológico, político e organizativo da classe operária e dos demais trabalhadores, no momento em que mais era preciso ter uma posição classista, e defender um programa de emergência próprio dos explorados. O resultado tem sido catastrófico para as condições de existência da maioria oprimida.

Quem não vê que a adesão das direções sindicais à cínica e hipócrita campanha de doação de alimentos, promovida pelas emissoras de rádio e TV, é uma forma de colaborar com o fracasso da burguesia em proteger as massas? Quem não vê que é uma quirela suplementar à migalha do auxílio emergencial? A solidariedade operária é aquela que fortalece a coesão dos explorados, que se lançam à luta em sua própria defesa. Vejam o que aconteceu com o fechamento da Ford. As centrais não organizaram uma solidariedade classista e ativa em defesa

dos empregos. Nesse exato momento, acontece o mesmo com o fechamento da LG.

Essa política antioperária e antipopular das direções vendidas ao capital é responsável pelo desarmamento da classe operária diante da pandemia, da crise econômica e da incapacidade da burguesia e de seus governantes de protegerem minimamente os pobres, miseráveis e famintos. É responsável por ter cancelado o Dia Nacional de Luta, em 18 de março do ano passado, quando a pandemia recém se manifestava. É responsável por não convocar o 1º de Maio de 2020. E agora, é responsável por repetir um 1º de Maio virtual e patronal.

A CSP-Conlutas, juntamente com a Intersindical, lançou um Manifesto “Por um 1º de Maio classista, de luta e internacionalista em defesa da vida”. No entanto, recorre ao mesmo caminho da virtualidade, traçado pela CUT, Força Sindical, CTB e outras centrais. Essa decisão impossibilita a realização de um 1º de Maio presencial, convocado pela CSP-Conlutas e Intersindical, que se postam de opositoras ao colaboracionismo das demais centrais. O argumento para não organizar o 1º de Maio presencial é o mesmo que o das direções burocráticas e conciliadoras. Em palavras, os representantes da CSP-Conlutas e Intersindical falarão em nome do classismo, da luta e do internacionalismo. Mas, na prática, permanecerão no mesmo campo das centrais, que se sujeitaram de corpo e alma à política burguesa do isolamento social, que se refugiaram na virtualidade, e que auxiliaram a burguesia a empurrar o proletariado a uma passividade jamais vista em tempos de crise.

Resta, então, a realização de um “1º de Maio classista, de luta e internacionalista” a ser organizado por uma frente de esquerda. Esse é o motivo pelo qual o Partido Operário Revolucionário propõe, às correntes que se reivindicam do socialismo, constituir um comitê de convocação do 1º de Maio presencial. Na reunião do comitê, podemos discutir o local e as bandeiras que unificam, sem que as correntes percam o direito de defenderem o que acham justo. O POR se dispõe, imediatamente, a realizar uma reunião. Esperamos uma resposta positiva. A situação exige que a classe operária e os demais explorados comecem a recuperar suas forças sociais, e a combater com seu programa e seus métodos em sua própria defesa.

Sem mais, saudações revolucionárias
Partido Operário Revolucionário

Escute o Massas,
podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**